

## **IGREJA CATÓLICA E EDUCAÇÃO POPULAR NO PIAUÍ: ANOTAÇÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB (1962-1990).**

Carlos Ângelo de Meneses Sousa (UCB/UnB)

GT 11 - História, Memória, e Educação.

No final dos anos 50 e início dos anos 60 do século XX, a conjuntura mundial apresentava-se sob a égide da prosperidade e confiança. As duas grandes potências de então, os Estados Unidos e União Soviética, acenavam para um “degelo” em suas relações. Passadas as mazelas da II guerra mundial, a economia crescia e havia um otimismo social. Os conhecimentos científicos e os avanços tecnológicos intensificaram as informações, impulsionaram os transportes e multiplicaram o poder de produção.

Viveu-se um momento ímpar de alastramento de uma nova visão de política, nas relações sociais, na cultura. Projetos e novas utopias eram tecidos no imaginário coletivo. Como exemplo de toda essa efervescência, tivemos a emancipação sexual, o rock, a revolução Cubana (1959), a China de Mao-Tsé-Tung, o Concílio Vaticano II(1962-1965), as lutas pela independência nas colônias do Terceiro Mundo e outros.

Esta efervescência também se fez presente na realidade brasileira. Houve aqui, no entanto, elementos históricos e sociais que deram uma peculiaridade a tal conjuntura. Vivíamos o fim do “pacto populista” (1945-1964) e desencadeavam-se movimentos políticos e sociais de grande mobilização, imbuídos do grande afã de transformação social. A educação era considerada instrumento indispensável na transformação das mentalidades e das estruturas (SEMERARO, 1994:19-23).

### **Os Movimentos de Educação e Cultura Popular: Fundação do MEB.**

Em 1960, a Igreja Católica no nordeste brasileiro, mais precisamente a arquidiocese de Natal (RN), iniciou um trabalho pioneiro desenvolvido pelo Serviço de Assistência Rural – SAR, através de programas de cooperativismo, treinamento de lideranças, politização e sindicalização rural (FERRARI, 1967: 85/107) que foram as sementeiras para a posterior criação do MEB.

Foi nesse contexto de grande ebulição cultural e política que emergiram os movimentos de educação e cultura popular como o Centro de Cultura Popular (CPC), o Movimento de Cultura Popular (MCP) de Recife, o Movimento de Educação de Base (MEB), o movimento “De pé no chão também se aprende a ler” de Natal e o Sistema Paulo Freire que apresentara como horizonte teórico a ênfase no culturalismo, na construção de uma democracia acima das classes e nas etapas do progresso numa concepção histórica ascendente da realidade ( PAIVA,1986a: 144) .

Entre esses movimentos, destacamos para análise o Movimento de Educação de Base (MEB). Fundado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sua mentora e organizadora, e o Governo Federal, seu financiador, o MEB tinha o objetivo de realizar a alfabetização de adultos, no contexto de um programa de educação básica, através de escolas radiofônicas implantadas no interior e nas regiões menos desenvolvidas do Brasil.

Segundo Wanderley (1984:49), baseado nas idéias de Vanilda Paiva e Emanuel Kadt, o interesse do Governo era ampliar o contingente eleitoral, restringindo assim o poder das oligarquias rurais e manter um controle ideológico sobre as massas rurais. À Igreja interessava

expandir sua tradicional preocupação com a educação, assegurar seu prestígio e influência religiosa e opor-se à avançada do comunismo.

Contudo, logo nos primeiros anos, os objetivos iniciais do MEB foram sendo modificados por seus agentes e coordenadores, na maioria leiga, que, na prática, dirigiam o movimento. De uma finalidade basicamente alfabetizadora passou-se para uma educação que incentivava a consciência crítica e a politização, a valorização da cultura popular, a autonomia das comunidades, a organização e a animação popular. Tudo isso, em parte, se deu pelo contato direto dos quadros do MEB com a difícil realidade vivida pelo campesinato, o contato com as forças de esquerda e o próprio movimento inaugurado com o Concílio Vaticano II, que arejava a Igreja Católica para as questões sociais.

Assim, o MEB registrara a mudança de concepção de educação e sociedade no seu Encontro Nacional em Recife:

*“Considerando as dimensões totais do homem, entende-se como Educação de Base o processo de autoconscientização das massas, para uma valorização plena do homem e uma consciência crítica da realidade. Esta educação deverá partir das necessidades e dos meios populares de libertação, integrados a uma autêntica cultura popular, que leve a uma ação transformadora. Concomitantemente, propiciar todos os elementos necessários para capacitar cada homem a participar do desenvolvimento integral de suas comunidades e de todo o povo brasileiro”* (MEB: 1962)

A partir dessa nova concepção, o MEB tornou-se um dos mais expressivos e criativos movimentos de educação popular da época. Inovou e assumiu uma nova e diferente ação da Igreja Católica no campo educacional que era, até então, predominantemente conservadora e defensora dos interesses privatistas. Contudo, a tensão entre o caráter conservador da Igreja Católica e essa nova vertente libertadora no seu seio será permanente na história do MEB.

Em termos numéricos e geográficos, o MEB alargou-se em 1963 com o decreto do governo federal de nº 52.267 - já que, inicialmente, abrangia apenas as regiões nordeste, norte e centro-oeste - que o autorizava a atuar em todas as “áreas subdesenvolvidas do país”. Em 1963, fase do seu auge, o MEB atingiu 14 estados com 59 “sistemas” e 11.066 alunos concluintes.

Os acontecimentos políticos em 1964, especialmente os desencadeados pelas forças políticas governamentais, interferiram gravemente em todos os movimentos de educação e cultura popular, perseguindo-os e reprimindo-os até seus desaparecimentos. No caso do MEB, apesar da forte perseguição e fechamento de alguns de seus departamentos, o seu vínculo com a CNBB o protegeu do desaparecimento completo, embora isso tenha lhe custado uma visível modificação em sua orientação político-pedagógica.

## **O MEB no Piauí: A fundação em Teresina.**

A fundação do MEB no Piauí se deu, oficialmente, no ano de 1962, após terem sido dados os primeiros passos para tanto em 1961, com a montagem de uma emissora de rádio voltada especificamente para a educação - a Rádio Pioneira de Teresina - e a realização de um treinamento para capacitação de pessoal e formação da equipe do sistema.

Nas palavras do seu primeiro coordenador, Padre Isidoro Pires de Souza, no discurso inaugural do programa do MEB, nós podemos observar a relevância dada ao pioneirismo da emissora de rádio para a educação no Estado do Piauí, mormente através do MEB. Vejamos:

*“Vivemos um momento histórico para o Piauí. Rádio Pioneira de Teresina - mais uma voz que se espalhando-se de campina em campina, ecoando de quebrada em quebrada (...) uma voz autorizada em prol da educação e do povo. O resultado de uma batalha insana, travada, desde o início, com os olhos voltados para o Movimento de Educação de Base. Sim Senhores ouvintes, o MEB neste instante, tem o justo orgulho de ter sido o móvel principal da luta gloriosa por mais uma emissora para o Piauí.(...) O nosso pioneirismo alcança outro campo que não o da Antigüidade. O nosso pioneirismo está na linha da Educação de Base, campo ainda inexplorado na radiofonia piauiense. Pioneirismo na tarefa urgente de levar luz a tantas inteligências ainda obnubiladas pelas trevas da alienação aos problemas mais agudos da nacionalidade, campo profícuo à germinação de idéias e ideologias alheias e até adversas à consciências brasileira. Pioneirismo no que concerne à veiculação de princípios atingentes ao homem todo, êste composto maravilhoso de alma e corpo, detentor de uma destinação eterna e transcendente. Pioneirismo na tarefa altíssima de libertar inteligências moças criminosas unicamente pelo crime de não saber ler.(...)” (SOUZA: 1962:1).*

Sob os auspícios de um otimismo pedagógico, de uma apologia da educação como a grande solução para os problemas do País, convoca os analfabetos para despertarem e aprenderem a ler.

*“(...) Despertai, gigantes, ao som desta clarinada! Despertai, gigantes dos campos e chapadas! Despertai, homens das fazendas, dos sítios e dos canaviais. É uma nova era que desponta. Nunca é tarde para aprender a ler”. Mais vale uma esperança tarde que um desengano cedo”. Cansados talvez estais das lides ingratas do mourejar quotidiano e velhos, certamente, pelos anos que arcaís, mas sois portadores de uma inteligência descansada e moça inda nas fulgurâncias mais riosas e nos seus mais ardentes lampejos.*

*A paradoxal sociedade campesina é ainda êste fabuloso gigante adormecido pela letargia do analfabetismo; ou mais paradoxalmente, é um aglomerado de pegmeus imbuçados pela máscara fatídica da ignorância e da alienação. Ou com mais propriedade diríamos, o Prometeu acorrentado da fábula, capaz de todos os heroísmos, desde que alguém lhe venha romper os malfadados grilhões.(...)” (SOUZA: 1962:2).*

Apesar desse início discursivo eufórico, as atividades radiofônicas não foram realizadas plenamente devido à não penetração da emissora em muitas localidades. Tal situação motivou a equipe do MEB a desenvolver um trabalho mais diligente com os monitores, enquanto aguardavam a solução desse problema técnico. Não podiam esperar a solução desse entrave, para somente depois preparar os monitores para as Escolas Radiofônicas, já que se consideravam atrasados em relação a outros sistemas do MEB e, assim, precisava apressar-se o máximo

possível. Quando o problema técnico fosse resolvido já teriam um corpo de monitores habilitados para o trabalho. Isso fez com que se voltassem mais, em sua ação, para o contato direto com as comunidades rurais. Esse fato tornou a experiência do MEB no Piauí diferente das demais<sup>1</sup>.

A fim de se ter uma visão quantitativa da atuação do MEB no Piauí nesses anos, vejamos o quadro:

<b>ANO</b>	<b>Nº de Municípios atingidos</b>	<b>Nº de Escolas Radiofônicas</b>	<b>Nº de Alunos</b>	<b>Nº de Membros da Equipe MEB</b>
1962	03	33	820	16
1963	15	139	2.575	16
1964	22	288	6.675	16
1965	21	209	3.256	07
1966	20	187	1.457	06

(DUARTE: 1973: 7-9)

Segundo Medeiros (1996:114), os primeiros quadros da assessoria do MEB no Piauí saíram dos setores da Ação Católica, especialmente da Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Operária Católica (JOC). Fato na verdade coincidente com o que ocorrera na maioria dos outros estados da federação<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Vale ressaltar que o MEB no Maranhão também apresentou essa particularidade, embora de uma forma um pouco diferenciada, já que lá, praticamente, não desenvolveram um trabalho com a modalidade de escolas radiofônicas como nos outros Estados da federação em que o MEB atuava devido à tardia implantação da Radio Educadora do Maranhão Rural - REMAR, em junho de 1966, cinco anos após a fundação do MEB maranhense. Entretanto, devido a isso criaram a notável experiência da Animação Popular. Ver: RAPOSO (1985: 87 e 91.).

<sup>2</sup> Detalhes sobre a atuação sócio-política e pedagógica da equipe do MEB/Piauí(Teresina) na década de 1960 ver SOUSA(1999a) e de uma forma geral SOUSA(2000) e KADT(1970).

## A prática pedagógica original do MEB

O MEB entendia o processo de “Animação Popular(AnPo)” como aquele “trabalho animado por elementos populares” em que o próprio povo assumisse processualmente o movimento educacional por ele desencadeado( MEB em Cinco anos: 1961-1966: 26).

Após a escolha da área geográfica de atuação, as equipes do MEB passaram a desenvolver as seguintes fases do processo de Animação Popular:

- O estudo de área
- Identificação e treinamento de lideranças
- Supervisão e assessoramento

É bom observar que a partir do início daquela ação essas fases se interpenetram e não há um momento só para o desencadeamento ou conclusão da mesma. O estudo de área visava obter subsídios que possibilitassem um conhecimento mais preciso da realidade econômica, social e política das comunidades em que pretendiam atuar. Para tanto, faziam contato com as autoridades municipais e com as bases dessas localidades.

Côncios, desde o início, de que o trabalho da Animação popular deveria ser assumido pelas próprias comunidades, os agentes do MEB, baseados no princípio de autonomia buscavam o protagonismo das organizações populares. Aí se insere a sua atenção sistemática em detectar e despertar lideranças da própria comunidade para que pudessem, desde o início, ir assumindo em formação a condução da Animação Popular, pois:

*“Um trabalho assumido e encabeçado por elementos do próprio meio tem, naturalmente, maiores possibilidades de acolhida e aceitação por toda a comunidade. Tais elementos têm, normalmente, maior facilidade de expressão, compreensão, comunicação, além de uma maior percepção dos problemas e aspirações de todos” (MEB - Animação popular: 1965: 5).*

Tudo isso era feito processualmente e tais lideranças identificadas eram constantemente desafiadas a assumirem coordenações de atividades e reuniões com a comunidade a fim de que fossem reconfirmadas em sua liderança frente à comunidade e, concomitantemente, testada sua real capacidade de liderança. Digo reconfirmadas, porque era a própria comunidade que indicava sua liderança e ao MEB cabia ajudar a comunidade na reflexão em torno dos critérios para uma boa escolha; que eram:

- Lealdade
- Autenticidade
- Facilidade de comunicação
- Possibilidade de estabelecer verdadeiro diálogo com a comunidade
- Sensibilidade e identificação suficientes para compreender e sintetizar a problemática da comunidade e
- Atuação segura e autêntica (MEB - Animação Popular: 1965: 8 ).

Apesar de toda essa preparação, registra-se em várias experiências do MEB, em diferentes Estados, que nem sempre se obteve sucesso com tal escolha, pois, em algumas comunidades, era muito difícil romper com as escolhas baseadas “nos donos do lugar” ou somente naqueles que se expressavam com destaque.

Num segundo momento, o MEB propiciava os treinamentos que, além de objetivar instrumentalizar as lideranças com o domínio de técnicas necessárias às atividades de coordenação de grupos, reuniões e debates ou de técnicas de comunicação, visavam sobretudo “conscientizá-los da realidade brasileira”, na expressão do documento já citado da Animação Popular (AnPo). Tais treinamentos eram realizados numa perspectiva de continuidade e aprofundamento, respeitando a caminhada da própria comunidade. Outra característica, senão a principal, era que os mesmos eram direcionados para um engajamento específico. O conteúdo e metodologia utilizados tinham a preocupação de adequação à realidade dos participantes, na maioria analfabetos, a fim de que fossem processualmente assenhorando-se do que experienciavam e refletiam. Daí não cair na tentação de sobrecarregar de conteúdos num só treinamento e a necessidade da própria equipe do MEB elaborar materiais, na sua maioria com ênfase visual. Após os treinamentos, os parâmetros de exigência em relação às lideranças eram:

- Ter um mínimo de conscientização
- Representatividade
- Autocrítica
- Capacidade de trabalho em grupo
- Iniciativa
- Agilidade mental
- Responsabilidade
- Objetividade e qualidades específicas para cada ação.

(MEB - Animação Popular: 1965: 6-9 )

A supervisão era desenvolvida através do acompanhamento e assessoria junto às comunidades onde se desenvolvia a AnPo. A assessoria era compreendida como a participação de técnicos em todas as etapas e fases, variando de intensidade segundo a necessidade das comunidades, almejando seu decréscimo na medida em que as mesmas pudessem se desenvolver autonomamente. Em que consistia a supervisão?

*“Trocar idéias, informar sobre o que ocorre no País e no mundo, coordenar os trabalhos com outras entidades cuja validade seja comprovada; refletir com os líderes sobre o trabalho feito, os novos planos e o resultado das experiências concretas e mudanças na comunidade”*

(MEB - Animação Popular: 1965: 9)

A atividade de supervisão era o instrumento mais importante para o crescimento e avaliação do processo, pois era através da mesma que seus assessores podiam perceber continuamente o desenvolvimento, aproveitamento e repercussão da programação educativa nas comunidades. As mesmas potencializavam tanto a comunidade como a própria equipe do MEB no conhecimento da realidade e aprimoramento de seus planos. Além do assessoramento direto através de contatos com as comunidades, especialmente aos seus líderes nos encontros, treinamentos e reuniões, havia também o assessoramento indireto através de correspondências, material de estudo, publicações e outros. Nessa última modalidade, havia também, a assessoria via programa radiofônico.

## **Notas sobre o caminhar do MEB nas décadas posteriores**

### **Os dilemas da continuidade do MEB**

Após a implantação do Regime Militar em 1964, a continuidade do MEB ficou abalada como já mencionamos anteriormente. Aqui queremos destacar como o mesmo conseguiu dar continuidade a sua experiência, mesmo que alterando significativamente suas diretrizes de funcionamento. A crise que o MEB passou especialmente nesse período foi acirrada devido atingir os dois principais focos de sua crise interna: a ideológica e a financeira (FÁVERO, 1984:136).

Ambos os aspectos eclodiram sobremaneira devido ao conturbado momento político em que passava o Brasil e também diziam respeito diretamente ao posicionamento da Igreja católica brasileira, através da CNBB, já que a mesma presidia o MEB através de um Conselho Diretor Nacional (CDN). Tal crise colocou em xeque a questão da dependência financeira do MEB, a inviabilidade da mesma na relação com o Governo Federal, ao menos se reformulasse suas diretrizes de funcionamento e quisesse continuar tendo verbas para suas atividades educativas.

A hierarquia da Igreja Católica através do CDN do MEB, apoiada pela CNBB, resolveu enquadrar o MEB na estrutura tradicional da Igreja e alterar suas diretrizes de funcionamento em maio de 1964 e novamente em setembro de 1966. Foi através dessas relações de poder, num processo de adequação ao poder constituído que surgiu a figura do bispo diocesano<sup>3</sup> como presidente local do MEB (SOUSA, 1997:53) e também uma paulatina e crescente acentuação da dimensão hierárquica e diocesanização do MEB, inclusive assumindo atividades pastorais na linha da catequese. Esse período, que vai do final dos anos 60 e especialmente nos anos 70, é conhecido como o período de “mobralização do MEB” (DAMASCENO, 1990:100) e também do “MEB de batina”. Certamente, não podemos generalizar esse processo a todos os locais onde o MEB permaneceu ou foi sendo criado, pois cada diocese apresentava, e apresenta, aspectos que enfatizam ou não tal dimensão e forma de compreender o trabalho do MEB.

Ora, a unidade ideológica nacional do movimento dava-se basicamente num consenso entre os coordenadores e as equipes mais representativas, arregimentadas pela Comissão Executiva Nacional, que foi abalada com essas resoluções, já que a enfraqueceu e substituiu o encontro de coordenadores pela assembléia nacional, além de submeter o laicato a uma posição de minoridade no MEB (FÁVERO, 1984: 139 e 144; WANDERLEY, 1984: 92).

Diante desses acontecimentos, não obstante vários movimentos e reações internas contrárias a essas decisões, vários assessores e sistemas estaduais, praticamente em suas melhores experiências, como as de Pernambuco, foram deixando o MEB por conta dessas modificações que os impediam de dar continuidade ao trabalho que estavam a desenvolver.

Mesmo com essas medidas, o MEB continuou a ter graves problemas financeiros que só foram parcialmente resolvidos com a busca de financiamento de suas atividades junto a entidades do exterior, especialmente da Europa. Essa solução tornou-se regra nos anos 80 até os dias atuais, já que o MEC tem financiado parcialmente e instavelmente, apenas as atividades na área de alfabetização de jovens e adultos até a presente data.

## **A criação do MEB na Diocese de Picos-PI nos anos de 1980.**

Situada no interior do nordeste brasileiro, no sudoeste do Estado do Piauí, a Diocese de Picos foi fundada em 1975, abrangendo 16 municípios e ocupando uma área de 23.121 Km<sup>2</sup>. A Diocese recebeu o MEB em 1982, a convite do seu primeiro bispo Dom Augusto Alves da

---

<sup>3</sup> Até então os bispos MEB formavam apenas uma instância que era a do Conselho Diretor Nacional composto por 10 bispos que entre eles era eleito o presidente nacional do MEB.

Rocha. Segundo o mesmo, a razão para tal convite se deu por ser primeiramente uma diocese extremamente carente, depois por possuir uma filosofia e visão eclesial de valorização do leigo no conjunto da diocese, e, por último, porque:

*“O MEB possuía uma filosofia que correspondia aos anseios do Concílio Vaticano II, no sentido de estar atento às camadas mais carentes, portanto, historicamente mais esquecidas e nesse sentido desenvolviam uma pedagogia de valorização dessas pessoas, tentando na promoção humana, fazer com que essas pessoas tomassem também consciência de que pertenciam ao povo, que deveria explorar, portanto, essa consciência em favor do próprio povo na comunidade. Portanto, eu digo assim: caiu de cheio nas preocupações e veio somar.”*

(SOUSA,1999d - Entrevista com membro do CDN)

O primeiro trabalho da equipe do MEB, conforme as diversas entrevistas realizadas e registros da época, foi no sentido de acompanhar e apoiar os pequenos posseiros do município de Bocaina que estavam sendo expulsos, sem indenização justa, pelo 3º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro para a construção de uma barragem. Desse trabalho passou então a desenvolver um assíduo contato com as comunidades rurais no sentido de animá-las e fortalecê-las, bem como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais. O trabalho através da alfabetização de jovens e adultos surgiu depois desse primeiro processo de contato e atuação junto às comunidades e sindicatos.

É interessante destacar o depoimento de um membro da equipe na época, pois menciona como o MEB, em sua estrutura nacional, vivia um grande esfacelamento ideológico, onde a equipe nacional de Brasília pouco ou nada conseguia imprimir uma linha política-pedagógica comum de atuação, inclusive desconheciam o que de fato acontecia nos departamentos do MEB locais, isto é, nas dioceses. Além disso, parece que essa equipe nacional do MEB, além de cumprir um papel em grande parte meramente burocrático não possuía uma afinidade com uma perspectiva crítica de educação popular.

*“...quando entrei no MEB, fui logo para o primeiro encontro nacional dos coordenadores do MEB, em Brasília, depois de 10 anos sem esse tipo de encontro, era 1982<sup>4</sup>. O MEB, até então viveu ao sabor de cada Diocese e em algumas tinha se desvirtuado completamente da Educação Popular ficando só com catequese ou similar e/ou ainda com o MOBREAL e cursos de corte e costura etc., mas sempre trabalhava com a base, com o povão. O Dâmaso era quem coordenava mais diretamente o MEB, era o oposto de um educador popular, não tinha nada disso (...) quando vieram fazer o treinamento aqui em Picos, ele, Sérgio e outros do Ceará sentiam que falavam do método de Paulo Freire, mas não passavam realmente uma vivência ... questionamos e eles abriram o jogo dizendo que não faziam mesmo uso do mesmo e sim da metodologia do MOBREAL (...) depois quando começamos o trabalho em Bocaina e nos nossos relatórios apresentávamos o que fazíamos realmente,*

---

<sup>4</sup> Esse dado não é historicamente consistente, já que há registros em outros documentos da realização de Encontros Nacionais de Coordenadores, por exemplo, em 1979. Contudo, tal ressalva não desmerece o teor central do argumento levantado nesse depoimento.

*fomos advertidos de que não deveríamos escrever nada de sindicatos, luta, organização popular, pois ninguém deve escrever isso nos relatórios... Nos recusamos a agir dessa forma.”*

(SOUSA, 1999 b -Diário de Campo nº 02)

Podemos compreender que em alguns departamentos do MEB a prática do não registrar em seus relatórios seus trabalhos numa linha de conscientização política se deve a toda uma conjuntura política de ditadura militar e de restrições impostas pelo governo federal, aceitas pelo CDN do MEB, como já mencionamos anteriormente, bem como pelos depoimentos dos entrevistados, a uma relação de distanciamento, em suas diversas acepções da palavra, da equipe nacional de Brasília e os departamentos de base.

### **Um retorno às raízes? Os SAMEB's (1984-1986): Juntando os “cacos” do MEB, uma afirmação de sua identidade enquanto entidade de assessoria popular?**

Em agosto de 1984 foi realizado em Brasília (DF) o Seminário de Avaliação do Movimento de Educação de Base (SAMEB). Nas palavras da Secretária Geral do MEB, Irmã Maria de Fátima Maldaner, o evento teve como objetivo criar um processo avaliativo institucional *“a fim de clarificar seus princípios, metodologia, diretrizes e linhas de ação; identificar o seu trabalho específico no conjunto da pastoral da Igreja e possibilitar a prática de uma educação popular coerente com o trabalho da Igreja no campo pastoral”* (ALMEIDA, 1985:3).

Vale destacar que o SAMEB tornou-se uma referência processual no MEB por ter provocado mudanças significativas tanto na organização interna quanto na sua forma de atuação junto às organizações populares mesmo que somente alguns anos depois. Na verdade, deu início a um longo processo de reestruturação do MEB tendo em vista a recuperação de sua identidade enquanto um movimento de educação popular, vinculado à Igreja Católica, mas com um trabalho pedagógico específico dentro da mesma, *“a especificidade de sua ação junto a outros serviços de Igreja... deve fortalecer sem duplicar”* e afirmando seu papel de assessoria em vista do *“... fortalecimento dos movimentos populares (sindicatos, associações, etc.) através da organização comunitária, levando em conta a interligação dois diferentes grupos e organizações e as relações **saber e poder** do agente do MEB para com eles”*.(ALMEIDA, 1985:69 – grifo do original).

O relatório do SAMEB apresenta da seguinte forma, a maneira como se dava o processo de educação popular realizado pelo MEB, que, respeitando as diferenças de cada realidade onde atua, deveria ser:

#### *“a) Assessoria*

- *Capacitação e instrumentalização pedagógica;*
- *Formação de quadros de base, intermediários, lideranças(política, sindical etc. );*
- *Articulação a nível local, regional, nacional entre os diferentes grupos setoriais de ação comunitária e os movimentos populares;*
- *Elaboração de material de apoio e/ou troca dos já existentes;*

- *Pesquisas em diversos níveis: pesquisa participante, levantamentos, etc.*

*b) Instrumentais e recursos*

- *Atividades educativas de dimensão e participação comunitária, como pesquisa de conhecimento de sua própria realidade, planejamento setorial ou global de ações comunitárias, etc.;*
- *Alfabetização conscientizadora;*
- *Capacitação para o trabalho;*
- *Suprimento(saúde, agricultura, etc.);*
- *Programação radiofônica como suporte e complementação às atividades.*

*Neste processo se dá ênfase à dimensão política da prática educativa e à dimensão educativa da prática política.”(ALMEIDA, 1985:70).*

Ao observarmos a conjuntura política em que vivia o país e os movimentos sociais nesse momento, percebe-se que o movimento interno do MEB, no sentido de resgate de uma perspectiva institucional de uma educação popular crítica, é também fruto de toda uma movimentação social que passava a sociedade civil brasileira com os ventos da democracia que sopravam a bandeira da campanha política de eleição para presidência da República, as “DIRETAS JÁ”, além de todo o processo de rearticulação política das diversas expressões da sociedade civil.<sup>5</sup>

A campanha das “DIRETAS JÁ” em Picos (PI) é noticiada nacionalmente na primeira página do jornal Folha de São Paulo, através de uma foto que apresentava uma pichação em um muro local que dizia: “*Eu quero votar pra presidente, já!*” e a legenda da foto, não menos expressiva, dizia: “*O muro pichado em Picos, interior do Piauí, demonstra que o Nordeste já não é mais apenas o dos currais eleitorais e das caridosas cestas de alimentos*”( FOLHA DE SÃO PAULO, 1984). É nesse período também que começam a vicejar organizações populares na região sul do Piauí, como a Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí (FAMCC).<sup>6</sup>

O primeiro SAMEB, na realidade, serviu para desencadear um amplo e longo processo de revisão da instituição, que foi sendo realizado através de encontros no nível local, regional e culminando no segundo SAMEB, realizado em Teresina (PI) no ano de 1986, onde foram definidas as diretrizes e as linhas de ação do MEB para o triênio de 1987-1989. Assim, afirmaram a identidade do MEB como sendo:

---

<sup>5</sup> Como podemos observar a vida institucional e ação do MEB não podem ser compreendidas descontextualizada do todo social. É de fundamental importância uma leitura da “totalidade social” para não cairmos numa visão reducionista dos acontecimentos sociais. Todavia como o meu eixo central de análise desta pesquisa não requer um tratamento mais detalhado da caracterização dos movimentos sociais e populares nas décadas de 1980 e 1990, embora faça uso, ao longo da mesma de algumas problemáticas vivenciadas pelos movimentos sociais e populares e suas relações com as ONGs e outras instituições, sugiro para aprofundamento a consulta de DURHAM(1984), EVERS(1983), SHERER-WARREN & KRISCHKE ( 1987), SHERER-WARREN (1993), WANDERLEY( 1980), SADER(1987 e 1988 ), DOIMO(1995), GOHN( 1992 e 1997); bem como para uma discussão a partir da relação com a Educação Popular ver Memórias do IV Seminário Internacional: Universidade e Educação popular(1995) onde estiveram presentes vários estudiosos da América Latina e outros países da América do Norte e Europa, como Diego Palma, Oscar Jara, Rosa Maria Torres, Marco Raúl Mejía, Judith Marshall José Luis Coraggio, João Francisco de Souza, Ettore Gelpi, Timothy d. Isreland além de outros. Para uma referência no Estado do Piauí, ver MEDEIROS(1996), COLARES(1989) e BOMFIM(1991), SILVA(1993) além de outros.

<sup>6</sup> Para melhor caracterização dos tipos de organizações populares com quem o MEB/Picos atuou ao longo das décadas de 1980 e 1990, sugiro a consulta dos projetos trienais deste departamento.

*“Um movimento de educação popular que desenvolve um trabalho que contribui para o surgimento e fortalecimento de grupos, comunidades, organizações e movimentos populares, numa perspectiva cristã de transformação social” e que “interfere e participa da vida e nas diversas formas de organizações das camadas populares, através da troca de conhecimento e experiências, da prestação de serviços de assessoria e animação, contribuindo no aprofundamento da caminhada destes grupos”.*

(MEB, 1986: 32- grifo nosso)

O SAMEB/86 ratifica as conclusões do SAMEB/84, porém lhe acrescenta algo. O quê? Podemos perceber que o termo “animação” é adicionado ao lado do termo “assessoria”. Se observarmos que nesse SAMEB houve um maior processo participativo na realização de diversos eventos avaliativos ao longo de um triênio e todas as instâncias, especialmente nos departamentos de base do MEB, esse acréscimo tem uma significação que não pode ser desconsiderada. Por quê? Voltaremos oportunamente a esse tema quando formos tratar da problemática da assessoria no MEB<sup>7</sup>.

Do início e ao longo da década de 1980, o MEB de Picos teve um importante papel na formação das comunidades eclesiais de base (CEB's), de sindicatos rurais e especialmente na animação das comunidades. Não havia propriamente a idéia de uma “assessoria” que paulatinamente ia se consubstanciando quer nas exigências de algumas lideranças das organizações populares, quer especialmente em outras instâncias do MEB. A equipe ainda não tinha se deparado com a necessidade da adequação às novas exigências que um trabalho de assessoria requeria. Isto é, precisava-se rever o perfil de seus membros quanto a uma maior qualificação técnica, para além do simples “*comprometimento com o povo*” e uma “*grande disposição para o trabalho*”. As mudanças nesse sentido só aconteceram na década de 90. Entretanto, o tipo de trabalho desenvolvido pela equipe do MEB, naquele período, deixou profundas marcas nas comunidades, organizações populares e na Igreja local, como podemos observar nos seguintes trechos das entrevistas com um líder comunitário e um membro da equipe daquela época:

*“A gente fazia um trabalho de base lá nas comunidades, desde o início dos movimentos eclesiais de base, do tempo das CEB's, aquela fervorosidade e o MEB sempre estava presente com as pessoas, com o Rufino, com a Oneide, com o Pedro, né, e outras pessoas que trabalhavam no MEB desse tempo. Eles sempre estavam. Era como se fosse uma família, era muito bom nesse tempo .... com o passar do tempo ficou mais só com a assessoria e eu não sei se o que os sindicatos pediam foi certo porque a gente queria um MEB lá na base, fazendo presente. Eu lembro que as pessoas conheciam muito as pessoas do MEB, os colegas do MEB, todo mundo conhecia”*

(SOUSA, 1999c –

Entrevista com Liderança Comunitária e ex-alfabetizador do MEB)

*“O MEB, enquanto instituição, é o óculos dessa camada mais pobre da nossa região de Picos porque quando o MEB começou, ele foi, basicamente, a*

<sup>7</sup> Devido ao objetivo deste texto e suas limitações de laudas não será possível discorrer sobre esse ponto, todavia o(a) leitor(a) poderá recorrer a SOUSA, 2001 e SOUSA, 1999e.

*instituição da Igreja que abriu o caminho: para as comunidades eclesiais de base; pra como se pensar a campanha da fraternidade de uma maneira diferente; como a Igreja se entender com a sociedade; fazer um trabalho evangélico a partir da educação; mostrar que Igreja não se limita a catequese em si, da oração, da reflexão mas, catequese ela pode ir além, ela pode partir para a consciência crítica, para a consciência política. Então, ele ... eu acho que o MEB contribuiu , inclusive, aqui na diocese, pra que alguns padres, alguns religiosos e muitos agentes de pastoral abrirem a cabeça para a Igreja nova, para a teologia da libertação”*

(SOUSA, 1999c –

Entrevista com assessoria de um departamento de base).

### **Movimentos internos de regionalização: criando outro “locus” de poder .**

Até o final dos anos 80, o MEB ainda apresentava uma estrutura organizativa onde a relação da equipe nacional de Brasília dava-se diretamente com os departamentos de base, localizados nas diversas dioceses. Esse relacionamento, em grande parte da década, foi marcado por um autoritarismo e burocracia que levaram os departamentos a se organizarem num processo de descentralização criando os regionais do MEB. Convém lembrar que até então havia encontros entre departamentos de uma mesma região, porém não com essa intencionalidade de transformarem-se em “um regional”, inclusive tendo um “assessor regional” e não um assessor nacional.

Essa experiência de descentralização enquanto regionalização teve uma repercussão concreta na alteração da dinâmica pedagógica de trabalho do MEB, que até o final dos anos 80 era centralizada em Brasília, especialmente na incumbência de uma equipe de assessores, a Equipe Pedagógica Nacional.

Em 1991 os departamentos de base do MEB se reuniram por regiões denominadas regionais. Formaram ao todo 4 regionais compostos pelos Estados do Amazonas( Regional Amazonas ), Maranhão, Pará e Tocantins( Regional MAPATO), Ceará e Piauí( Regional CEPI ), Sergipe, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia( Regional SERNALBA ). Concomitantemente, escolheram internamente alguém que assumisse a função de assessoria regional, excetuando-se o Regional CEPI, que optou por fazer uma seleção da assessoria regional fora dos quadros que compunham o seu regional. Essa experiência foi confirmada unanimemente no Encontro Nacional do MEB realizado em Natal no de 1992, bem como “a utopia” traçada pela instituição no SAMEB (MEB, 1992:14-16).

Analisando todos os relatórios dos Encontros Nacional do MEB na década de 1990<sup>8</sup>, que geralmente ocorrem no final de cada três anos, podemos perceber que o tema da descentralização é recorrente nos mesmos nas dimensões político-pedagógica e político-administrativa. Essa recorrência temática é indício de uma dificuldade e, ao mesmo tempo, de um desejo que o MEB tinha de operacionalizar satisfatoriamente relações internas que possibilitassem uma melhor vivência de práticas democráticas e assim otimizasse seus objetivos.

Nesse processo de descentralização, os regionais se apresentaram em seu primeiro movimento como criação de espaços de defesa e articulação de forças em contraposição ao poder da equipe nacional de Brasília, senão vejamos:

---

<sup>8</sup> Excetuando-se o relatório do Encontro Nacional do MEB, ocorrido em Caruaru-PE, em 1998.

*“Antigamente as equipes não tinham contato entre elas, só existia uma relação vertical entre o Nacional e cada departamento local. A assessoria pedagógica era dividida em áreas de atuação, “sem nenhuma ligação entre elas”: “tinha o MEB sindical, o MEB da Alfabetização, o MEB da Comunicação Popular, etc.. E tudo isso “extremamente autoritário”. O processo de regionalização parece ter-se desenvolvido para conquistar “democratização e participação”, e para criar um espaço onde compartilhar experiências e idéias. “Não está tudo resolvido, mas avançamos muito”. Fomos nós que escolhemos os assessores regionais que fazem parte da Equipe Pedagógica Nacional e no escritório em Brasília, hoje, há pessoas que vêm das regiões e que conhecem a nossa realidade. Problemas e tensões são normais porque “cada equipe tem vários atores com os quais se relaciona, tais como o “MEB Brasília”, a Diocese, o movimento, as entidades financeiras, com diferentes trajetórias e concepções”*  
(PEIJNENBURG & SILVA, 1994: 22).

Construir essa regionalização não foi um processo automático; com frequência, trouxe conflitos, turbulências, rupturas com o estado das coisas, energias políticas, emoções coletivas, articulações internas e externas, mudanças de atitudes e comportamentos. Se a regionalização foi marcada inicialmente pela égide da contraposição ao poder autoritário vivenciado institucionalmente, podemos dizer também que foi uma oportunidade de vivenciar pedagogicamente um espaço no exercício de relações de poder não autoritárias, mesmo se sabendo marcadas pelos vícios decorrentes da própria história dos indivíduos, da instituição em si e da sociedade em que se inserem.

**Bibliografia:**

- ALMEIDA, Luciano Mendes de... [et al]. **Igreja e Educação Popular – O MEB: Ontem e Hoje**. Cadernos da AEC do Brasil, nº 24, Brasília (DF), AEC, 1985.
- BOMFIM, M. do C. A. do. **Lutas Populares pela Escola Pública e Gratuita em Teresina; O Caso dos Bairros Lorival Parente e Vila São Francisco Sul**. Dissertação de mestrado em História e Filosofia da Educação. PUC-SP, 1991.
- CADERNOS MEB. **MEB Hoje: Avaliação e Perspectivas**. (Série Documento). Brasília: MEB, nº 1, 1986.
- COLARES, Marco A P. (org.), SANTOS, Ana Beatriz Martins dos & SANTOS JÚNIOR, Raimundo Batista. **Sindicalismo e Assessoria Popular: Uma Análise Documental**. Teresina, CEPAC/CPT, 1989.
- DAMASCENO Maria Nobre. **Pedagogia do Engajamento: Trabalho, Prática Educativa e Consciência do Campesinato**. Fortaleza, Ed. UFC, 1990.
- DOIMO, Ana M. **A Vez e a Voz do Popular**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ ANPOCS, 1995.
- DUARTE, Gilberto Pereira. **MEB - Teresina: Sua História na Educação**. Teresina (PI), 1973. (mimeo)
- DURHAM, E. R. *Movimentos Sociais: a construção da Cidadania*. **Novos Estudos CEBRAP – nº 10**, São Paulo, v.4, 1984.
- EVERES, Tilman. *Identidade: a face oculta dos movimentos sociais*. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, CEBRAP, v.2, n.1, abr. 1984.
- FÁVERO, Osmar. **Uma Pedagogia de Participação Popular: Análise da Prática Pedagógica Do MEB (1961 A 1966)**. São Paulo, PUC, 1984. (Tese de Doutorado)
- FERRARI, Alceu R. **Igreja e Desenvolvimento**. Natal Fundação José Augusto, 1967.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo, Cortez, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania: A Sociedade Civil Brasileira na Era da Globalização**. São Paulo, Cortez, 1997.
- KADT, Emanuel de. **Catholic Radicals in Brazil**. Londres, Oxford University Press, 1970.
- MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política No Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- MARTINS, José de Sousa. **O Poder do Atraso - Ensaio de Sociologia da História Lenta**. São Paulo, Editora Hucitec, 1994.
- MEDEIROS, Antônio José. *O Piauí e o Processo de Integração Nacional*. IN: MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos Sociais e Participação Política**. Teresina (PI): CEPAC, 1996.
- MEMÓRIAS DO IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL: UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO POPULAR, João Pessoa, 26 a 30 de julho de 1994. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPB, 1995.
- MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **I Encontro de Coordenadores**. RJ, 1962.
- \_\_\_\_\_. **Animação Popular**. Rio de Janeiro, 1965. (Apostila 5, série A )
- \_\_\_\_\_. **Encontro Nacional do MEB**. Natal (RN), 06 a 09.10.1992.
- \_\_\_\_\_. **Políticas Pedagógicas – Regional Ceará e Piauí - CEPI**. Teresina, 1993.
- \_\_\_\_\_. **MEB em Cinco Anos: 1961-1966**. Rio de Janeiro, s.d.
- \_\_\_\_\_. **Plano Trienal (1993-1995)**. Brasília, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Encontro Nacional do MEB**. São Luís (MA), 18 a 22.10.1995.
- PAIVA, Vanilda. **Paulo Freire e o Nacionalismo Desenvolvimentista**. 2ª edição. Civilização Brasileira, Ed. UFC. Rio de Janeiro, 1986.
- PEIJENBURG, Jeroen & SILVA, Ranulfo P. da. **Avaliação MISEREOR-MEB. Relatório Final**. Barra do Jucu (ES), MEB, setembro de 1994.
- RAPOSO, Maria da Conceição Brenha. **Movimento de Educação de Base: Discurso e Prática (1961-1967)**. São Luís, UFMA/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 1985.
- SADER, Éder **Quando Novos Personagens Entram em Cena**. São Paulo, Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais na Transição Democrática**. São Paulo, Cortez, 1987.
- SCHERER-WARREN, Ilse, KRISCHKE, P. (org.). **Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

- SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo, Loyola/ Centro João XXIII, 1993.
- SEMERARO, Giovanni. **A Primavera dos Anos 60: A Geração de Betinho**. São Paulo, Centro João XXIII e Ed. LOYOLA, 1994.
- SILVA, Roberto John G. da. **A Constituição Do Sujeito Coletivo CUT- PIAUÍ**. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 1993.
- SOUSA, Carlos Alberto Lopes de. **O Discurso e a Prática entre Estado e Sociedade Civil: O Caso da Parceria MEB E MEC no Programa MEB ALFABETIZANDO EM PARCERIA, 1993-1995**. Brasília (DF), Universidade Católica de Brasília - UCB, 1997. (Dissertação de Mestrado)
- SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses. *Animação e Assessoria Popular nos 40 anos do MEB*. IN: LEÃO FILHO, José(org.), BRANDÃO, Carlos Rodrigues, FÁVERO, Osmar ...(et. al.). **Movimento de Educação de Base – MEB – 40 anos – Crônicas**. Brasília, MEB-Arte e Movimento, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Igreja e Educação Popular nos anos 60*. IN: VIEIRA, Sofia L. & MATOS, Kelma S. L. **Educação: olhares e saberes**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.
- \_\_\_\_\_. **O MEB no Estado do Piauí nos Anos 60: Uma Incursão Histórica a Partir de um Relato de Supervisão Pedagógica**. Salvador, Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Educação/Programa de Pós-Graduação - Anais do XIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste, 1999a.
- \_\_\_\_\_. **Diários de Campo**. Picos/Brasília, 1999b.
- \_\_\_\_\_. **Relatório Temático das Entrevistas MEB – PICOS**. Brasília, 1999c.
- \_\_\_\_\_. **Relatório Temático das Entrevistas MEB – BRASÍLIA**. Brasília, 1999d.
- \_\_\_\_\_. **Relações Institucionais de Poder e Prática de Assessoria no MEB**. Fortaleza (CE), Universidade Federal do Ceará – UFC, 1999e.(Dissertação de Mestrado).
- SOUZA, Isidoro Pires de. *Despontar de Nova Alvorada (Palavras do Coordenador do MEB por ocasião do programa inaugural do MEB)*. IN: **MEB - SERPI - Relatório - Dezembro de 1961 - Março de 1963**. Teresina - Piauí. 1963.
- TORRES, Rosa Maria. **Discurso e Prática em Educação Popular**. Ijuí, Unijui ed., 1988.
- VALLE, Rogério & BOFF, Clodovis. **O Caminhar de uma Igreja Nordestina - Avaliação Pastoral da Diocese de Picos**. São Paulo: Paulinas. 1993.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educar para Transformar: Educação Popular, Igreja Católica e Política no Movimento de Educação de Base**. Petrópolis, Ed. VOZES, 1984.